



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SARDOAL

ATA N° 6/2024

SESSÃO ORDINÁRIA

26 DE DEZEMBRO DE 2024

PRESIDENTE: Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves

1° SECRETÁRIO: Alcina Manuela Batista Pinto C. Almeida

2° SECRETÁRIO: Rita Navalho

Aos vinte e seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte horas, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sardoal, no Sala Polivalente do Centro Cultural Gil Vicente, em Sardoal, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Período Antes da Ordem de Trabalhos

Intervenção do Público

Ordem de Trabalhos

- 1. Aprovação das atas das sessões anteriores;**
- 2. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;**
- 3. Nomeação de elemento para a CPCJ;**
- 4. Proposta - Grandes Opções do Plano 2025-2029 e de Orçamento 2025;**
- 5. Informação sobre a situação económica e financeira semestral – 2024;**
- 6. Proposta de Adjudicação - Empréstimo a Curto Prazo contratar em 2025;**
- 7. IRS - Participação Variável – 2025;**
- 8. IMI – Imposto Municipal sobre imóveis - Taxas a aplicar para o ano de 2024, a liquidar em 2025;**
- 9. TMDP - Taxa Municipal de Direitos de Passagem no ano 2025;**
- 10. DERRAMA - Liquidar em 2025, referente ao ano económico 2024;**
- 11. Alteração orçamental modificativa - Revisão ao Orçamento e Revisão às Grandes Opções do Plano (GOP);**
- 12. Tejo Ambiente - Informação económico-financeira, relativa ao 1.º semestre de 2024;**
- 13. Tejo Ambiente - Plano Atividades e Orçamento;**
- 14. Tejo Ambiente – Tarifário para o ano de 2025;**

Seguidamente procedeu-se à chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes deputados da Assembleia: -----

Miguel Mora Alves, Adérito Garcia, Joana Ramos, Maria Aida Batista, Joaquim Serras, Rui Valente, Dora Grácio, Fernando Vasco, Marcelo Serras, Rita Navalho, César Marques, Paulo Lourenço, Adriano Martins, Vitor Morais, Alcina Almeida, Miguel Alves, Paulo Pedro, Dora Santos. -----

Estiveram presentes os Senhores Presidente da Câmara, Vice-Presidente e Vereadores, Pedro Duque e Patricia Silva. -----

Não esteve presente o Senhor deputado Duarte Nuno Alves Batista que justificou antecipadamente a sua falta. -----

Período Antes da Ordem de Trabalhos

Tomou a palavra a Senhora deputada Joana Ramos começando por fazer referência ao Galardão da Cultura, atribuído ao Município, na Gala Antena Livre, assim como a menção honrosa na categoria Arte. -----

A Senhora deputada apresentou a sua congratulação à FUS, pelo concerto efetuado em conjunto com a Academia Aquiles Delle Vigne. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Grácio, prestando informações relativas à reunião da CIMT, na qual foi aprovado o orçamento da Comunidade para 2025, de cerca de 20 milhões de euros. -----

O Senhor deputado informou ter pedido ao Senhor Presidente da Assembleia para que se alterasse a sequencia da ordem de trabalhos. -----

Chamou a atenção para o facto de, em algumas faixas de proteção às aldeias, apesar de serem limpas, continuam a rebentar eucaliptos, a menos de 50 metros de casas, que se pode transformar num problema no verão. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Fernando Vasco, referindo que esta não era a melhor altura do ano para se fazer esta reunião, porquanto é uma época festiva, da família, ao que o Senhor Presidente da mesa referiu comungar com as suas palavras, tendo existido situações que não permitiram que a mesma se realizasse mais cedo. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu que esta reunião estava prevista para mais cedo, contudo, por questões técnicas, não foi possível. -----

Sobre o crescimento dos eucaliptos, o Senhor Presidente referiu que tudo tem o seu tempo e que a gestão de combustível, na faixa dos 50 metros, é da responsabilidade dos proprietários e as coisas têm sido feitas a tempo e horas, estando o Gabinete Florestal e a GNR atentos a estas situações. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Rui Valente questionando sobre o ponto de situação de um prédio em perigo de derrocada e que está identificado pela Câmara. -----

Questionou também sobre o ponto de situação da acalmia de trânsito na freguesia de Valhascos. -----

Foi dada a palavra ao Senhor deputado Miguel Alves que parabenizou a AMA de Andreus e a AJS, que elegeram os seus novos órgãos sociais, e o Getas pelo seu aniversário, assim como o Centro Social dos Funcionários do Municipio e o Grupo Desportivo Os Lagartos que atingiram a final da taça em futsal feminino. -----

O Senhor deputado agradeceu a participação dos sardoalenses na iniciativa Sorriso Solidário e lamentou o facto de a entrada do Sardeal não ter sido iluminada nesta época. --

O Senhor Presidente da Câmara referiu não ter sido iluminada por uma questão de dinheiro. -----

Sobre o prédio, referiu que irá saber o que se passa e posteriormente informará sobre o ponto de situação. -----

Sobre a questão de acalmia de transito, referiu que as obras estarão concluídas até ao dia 13 de janeiro. -----

Intervenção do Publico

Sem intervenções. -----

Ordem de Trabalhos

1. Aprovação das atas das sessões anteriores;

Postas a votação as atas das anteriores sessões, as mesmas foram aprovadas por unanimidade. -----

2. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;

Foi dada a palavra ao Senhor presidente da Câmara, que informou haver uma redução da dívida e, sobre o PDM, referiu estarem a ser reunidas as sugestões das entidades pela empresa, para se passar à concertação, e sobre os dois processos, um do IFAP, tendo sido proferida sentença, contudo aquela entidade apresentou recurso, estando a aguardar-se, e, a ação interposta pela Junta de Freguesia de Sardeal, no qual a Câmara foi absolvida. ----

Interveio o Senhor deputado Miguel Alves referindo que o processo da Junta de Freguesia de Sardeal, foi arquivado porque, sendo de 2003, prescreveu. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

3. Nomeação de elemento para a CPCJ;

O Senhor Presidente da Assembleia prestou informações sobre o assunto, sendo proposto o nome da Dra. Soraia Mourato para dar continuidade ao mandato. -----

Considerando o n.º 1 do Art.º 26, da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na sua redação atual, a Assembleia Municipal de Sardeal deliberou, por maioria manter a seguinte cidadã eleitora,

Soraia Mourato, para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sardoal, com quatorze (14) votos a favor, dois (2) votos contra e duas (2) abstenções. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

4. **Proposta - Grandes Opções do Plano 2025-2029 e de Orçamento 2025;**

Tomou a palavra Senhor Presidente da Câmara começando por dizer serem documentos plurianuais, cujo horizonte temporal irá até 2029 sendo uma previsão de como se poderá aplicar os fundos comunitários e as receitas do Município, sendo um orçamento 18 107 129 euros, sendo que 4.4 milhões tem a ver com habitação e vem completar um ciclo de 12 anos. -----

O Senhor Presidente referiu que o executivo se propôs nestes 12 anos a resolver problemas de algumas estradas, trabalho que será concluído como a obra de Pisão e Tojeira no valor de 266 mil euros, as passagens hidráulicas da Serra de Alcaravela, cujo valor é de 537 mil euros, a pavimentação da Rua Dr. David Serras Pereira, 91 mil euros, e outras obras também importantes como por exemplo, nos investimentos territoriais integrados, as acessibilidades 360, requalificações dos sanitários públicos, a creche municipal, o jardim de infância da Presa. -----

Continuou o Senhor Presidente enunciando outros projetos, entre os quais a habitação a custos acessíveis, a requalificação da Biblioteca, modernização de infraestruturas, obras no âmbito de eficiência energética, equipamentos para os condomínios da aldeia, o Plano de Revitalização do Pinhal Interior, o espaço de coworking e a requalificação da Igreja Matriz, entre outros. -----

Referiu haver alterações ao mapa de pessoal e informou sobre os lugares por ocupar. ----- Foi dada a palavra ao Senhor deputado Miguel Alves alertando para as condições degradadas do cemitério de Andreus, dado estar prevista a construção de uma casa de banho naquele espaço. -----

Questionou o que está previsto fazer-se no que concerne à manutenção e requalificação das instalações do parque desportivo municipal, sugerindo que a manutenção do piso seja feita com mais regularidade, assim como a colocação de aspersores automáticos. -----

Questionou ainda se ficou algo projetado para um estacionamento junto à escola sede do agrupamento de escolas de Sardoal. -----

Perguntou o Senhor deputado onde será colocado o ecocentro municipal e se será aberto ao público, para colocação de resíduos, ou se será o Município a transportar os mesmos. ---

Continuou questionando para quando está projetado a construção de um parque de negócios de Andreus e se já existem empresas a manifestar interesse. -----
Sobre a Cadeia Velha, questionou para quando e o que se perspectiva fazer naquele espaço, em que vai consistir e em que local será implementado o Parque Urbano Multiusos. -----
Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que no documento é espelhada a intenção do executivo e as necessidades do Município, até ao ano de 2029, não sendo todos os projetos para este ano e dependerá também da forma como o quadro comunitário se for desenvolvendo, havendo um conjunto de avisos que já estão abertos e sobre esses avisos são feitas as candidaturas, e outros outros avisos à medida que eles vão aparecendo, o Município, se for caso disso fará alguma alteração orçamental e para que se possa enquadrar. -----
Relativamente às sugestões do Senhor deputado, o Senhor Presidente referiu que de acordo com o estatuto da oposição poderiam ter dado os seus contributos para o plano de atividades e orçamento e não o fizeram. -----
O Senhor deputado respondeu ter perguntado quando seria feito de acordo com as obras colocadas no orçamento e se serão gastos 190 000 euros na iluminação do complexo desportivo. -----
O Senhor Presidente respondeu que esse é o valor total do projeto de eficiência energética para o parque desportivo, o qual começará com a iluminação, com um valor de 37 000 euros de financiamento, tendo também como objetivo o aquecimento de águas com painéis solares e também um sistema de controlo de luminosidade. -----
Sobre o ecocentro, foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara, que referiu que a recolha de resíduos poderá ser feita pelo Município por força da lei ou por decisões políticas que possam ser tomadas, que estão previstas num plano que virá à Assembleia Municipal numa próxima sessão, estando previsto ser um local coberto, mas também poderá ser descoberto, onde poderão ser depositados e recolhidos pelo Município, quer entregues pelos munícipes, diferentes tipos de resíduos com os cuidados de armazenamento a que a lei obriga. -----
O ecocentro tem como objetivo a separação total dos resíduos, no qual serão devidamente acondicionados e encaminhados para os destinos próprios. -----
Foi dada a palavra ao Senhor deputado Adérito Garcia que questionou sobre uma dívida à Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social referente ao processamento de salários dos meses de outubro novembro e subsídio de Natal de 2023. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu ter sido pago em janeiro e estar na prestação de contas. -----
Continuou o Senhor deputado e, sobre os documentos previsionais, disse ser um orçamento de fim de ciclo pois a grande maioria dos projetos que ao longo destes anos não foi possível executar, estão agora em acumulado, havendo até alguns projetos alvitados pelo PS. -----
Sobre o valor de 18 000000, disse poder parecer elevado mas resulta daquilo que é a execução do PRR. -----
Referiu o investimento na habitação do município e que ao fim de 12 anos alguns dos problemas mais importantes continuam por resolver, esperando que o PDM durante o próximo ano se resolva, pois já devia ter sido revisto há 25 anos. -----
Referiu ter faltado nestes 12 anos a dinâmica empresarial pois foi preciso ter-se a zona industrial esgotada para se pensar na ampliação da mesma, devendo ter sido mais cedo, porquanto são as empresas que criam emprego e é por aí que as pessoas se fixam no concelho e, a estratégia seguida pelo executivo no que diz respeito à população, não trouxe muitas mais pessoas. -----
Disse ainda o Senhor deputado que o plano é audacioso, havendo duas questões importantes, sendo a primeira a falta de mão de obra na construção civil e a outra, a parte do financiamento, em que muitas destas obras têm financiamento garantido a 100% pelo PRR mas outras irão necessitar de financiamento da autarquia ou de capitais da autarquia, com os empréstimos que estão para entrar em pagamento no ano de 2026 os quais estão em período de carência, questiona como irá o executivo executar obra. -----
Interveio o Senhor Presidente da Câmara referindo que a questão da segurança social foi sido bem explicada na altura da prestação de contas e foi uma situação conjuntural, havendo muitas entidades que devem dinheiro ao Município, que não estão a pagar e, se tivessem cumprido, o Município não teria tido esse atraso. -----
Disse ainda que nenhum projeto foi abandonado por falta de liquidez e sendo plurianuais faz-se à medida que vão aparecendo. -----
Sobre as empresas, referiu que o espaço empreende foi instalado na Loja do Cidadão, estando pronto o projeto do parque de Negócios de Andreus, para a criação de 10 empresas de cowork que o PS não aprovou. -----
Disse ainda que no âmbito do estatuto da oposição, o PS teve oportunidade para apresentar contributos para a criação de emprego e para desenvolvimento de empresas, e não o fez. -----

No que concerne à população, de acordo com os censos em 2021, havia 2526 residentes e agora são 3625, dados de 2023, número do Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia. -----

Sobre o PDM disse que seria impossível alargar a zona industrial sem a revisão do PDM sendo que mais de metade dos Municípios do país não tem a revisão do PDM. -----

O Senhor Presidente referiu ainda, sobre a falta de habitação, existirem muitos espaços urbanizáveis no PDM e as pessoas nada fizeram de iniciativa privada, e o que o Município está a fazer no âmbito da habitação tem a ver com a iniciativa do governo estando o Município a par com esta iniciativa. -----

Foi dada a palavra ao Senhor deputado Fernando Vasco que referiu que este é o maior orçamento que alguma vez houve no Sardoal, na ordem dos 18 milhões de euros e muitas pessoas poderão pensar que o mesmo resulta de uma maior criação de riqueza, de uma maior distribuição de riqueza, de ter havido mais empresas e mais atividades no Sardoal, de ter havido mais habitantes em situação produtiva no concelho, mais nascimentos, mas resulta que, 79% deste valor são receitas correntes e de transferências do Estado ou de outras entidades. -----

O Senhor deputado questionou sobre a conclusão da requalificação da ETAR de Andreus e sobre a barragem da Lapa, sobre a qual o Município devia ser ressarcido de uma dívida. ---- Tomou a palavra o Senhor Presidente referindo que a ETAR de Andreus está quase concluída. -----

Disse também ter referido anteriormente que uma boa parte do valor do orçamento era no âmbito da habitação, 4 milhões de euros, sendo que o Senhor deputado podia ter proposto o aumento das taxas, como o IMI, para se ter mais receitas. -----

Referiu ainda que a questão da barragem da Lapa está a ser tratada e que quando se for embora, espera estar o assunto resolvido. -----

Foi dada a palavra ao Senhor deputado Rui Valente, referindo que este documento é o mesmo de há uns anos atrás, pois os assuntos são os mesmos. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que estes planos são feitos para cinco anos, e fez-se muita coisa, havendo outras por fazer, havendo muitas obras feitas sem fundos comunitários, a requalificação do Externato Rainha Santa Isabel, estradas, a obra das passagens hidráulicas, tendo o Município liquidez para o fazer. -----

O Senhor Presidente mencionou o instrumento utilizado para que se possa requalificar a Igreja Matriz, uma luta que foi sua e estando a Casa Grande no Programa Revive. -----

Considerando a alínea a), do nro. 1 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria, aprovar, com nove (9) votos a favor, seis (6) votos contra e três (3) votos de abstenção, as Grandes Opções do Plano 2025-2029 e de Orçamento 2025, assim como, por maioria, aprovar o Mapa de Pessoal, com nove (9) votos a favor e nove (9) abstenções. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

O Senhor deputado Adérito Garcia procedeu à leitura de uma Declaração de Voto, cujo teor é o seguinte: -----

“ Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia,

Acabámos de discutir aqueles que são os últimos documentos previsionais deste ciclo político de 12 anos.

Durante este período o Executivo levou a cabo a sua política, as suas opções, sendo que alguns dos principais problemas dos municípios continuam por resolver: o PDM, a zona industrial, a criação de emprego.

Este documento é o culminar de uma lista de projetos que não tiveram a oportunidade de ser realizados, na grande maioria por falta de capacidade financeira. Não basta ter capacidade de endividamento, é necessário ter capacidade de pagamento e sobre isto temos tido vários exemplos de que nem sempre ela existiu.

Mais do que os números é a política e são as opções que nos fazem votar contra. Não encontramos neste documento, nem nestes 12 anos, qualquer política com vista à criação de emprego, ao apoio às empresas e, por consequência, fixação da população.

As receitas do município, nomeadamente dos impostos, que são receitas diretas e indiretas, ou neste caso indiretas, aumentam com aumento da população e aumento da atividade económica. Este executivo nunca foi capaz de perceber isto, e por isso tem o resultado que tem.

Os deputados do Partido Socialista.” -----

5. Informação sobre a situação económica e financeira semestral – 2024;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara informando ser a informação do meio do ano a qual denota uma diminuição da dívida. -----

Foi dada a palavra ao Senhor deputado Adérito Garcia que referiu a redução da dívida à banca por cumprimento dos planos de pagamento, contudo, em relação à segurança social e à Caixa Geral de aposentações já não é assim e na taxa de execução das grandes

opções do plano bastante baixa e se as contas fossem fechadas a 30 de junho, o resultado líquido negativo. -----

Considerando a alínea d) do nro.2 do artigo 77º, da Lei nro. 73/ 2013, de 3 de setembro e o disposto na alínea i) do nro. 2 do artigo 25º da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, tomou conhecimento da informação sobre a situação económica e financeira semestral da Autarquia, remetida pelo auditor externo.

6. Proposta de Adjudicação - Empréstimo a Curto Prazo contratar em 2025;

Tomou a palavra o Senhor presidente da Câmara prestando informações sobre o assunto. Considerando o disposto na alínea f) do nº 1 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou, por unanimidade, autorizar a adjudicação do contrato com o Banco Comercial Português (Millennium BCP), porquanto é a proposta economicamente mais vantajosa, na ótica do município, conforme proposto pelo Júri, assim como considerar a perfeição do contrato com o adjudicatário, com dezoito (18) votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

7. IRS - Participação Variável – 2025;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que o que se propõe é o mesmo dos anos transatos. -----

Considerando o artigo 26º da Lei nro. 73/ 2013, de 3 de setembro, conjugado com o artigo 25º da Lei nro. 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade, fixar a taxa de participação variável no IRS de 5%, para os rendimentos do ano de 2024, com dezoito (18) votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

8. IMI – Imposto Municipal sobre imóveis - Taxas a aplicar para o ano de 2024, a liquidar em 2025;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que se propõe manter-se os valores do ano passado, enunciando os mesmos, sendo a única alteração, por força da lei, referente a quem tem dependentes a cargo. -----

Considerando o artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, bem como a alínea d) do nro. 1 do artigo 25º e a alínea cc) do artigo 33º da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de

setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou, por unanimidade, aprovar as seguintes taxas e respetivas majorações/ reduções para o ano de 2024, a liquidar em 2025, nomeadamente:

- Prédios rústicos: 0,8%
- Prédios urbanos: 0,325%
- Reduzir em 20% da taxa a aplicar aos prédios urbanos arrendados;
- Majorar em 20% a taxa a aplicar a prédios urbanos prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens;
- Majorar o dobro a taxa aplicável aos prédios rústicos (1,6%), com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo, da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a (euro) 20 por cada prédio abrangido;
- A redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis, que vigora no ano de 2023, aplicável ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar foi a prevista na tabela anterior, ou seja, 30€, 70€ e 140€ de acordo com o número de dependentes a cargo, 1, 2 e 3 ou mais respetivamente, com dezoito (18) votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

9. **TMDP - Taxa Municipal de Direitos de Passagem no ano 2025;**

O Senhor Presidente da Câmara referindo que os valores propostos são idênticos aos do ano transato. -----

Considerando a alínea ccc) do nro 1 do art. 33 da Lei nro 75/ 2013 de 12 de setembro e da alínea d) do nro 1 do artigo 25º da mesma Lei, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade, aprovar a aplicação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem de 0,25%, para vigorar no ano de 2025, com dezoito (18) votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

10. **DERRAMA - Liquidar em 2025, referente ao ano económico 2024;**

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que o proposto é manter-se as taxas idênticas às dos anos anteriores, informando sobre os valores cobrados no ano de 2023. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia questionando sobre o número de empresas que estão a pagar derrama no Município, ao que o Senhor Presidente respondeu não estar em condições de referir esse número, mas que o número de empresas no concelho está a aumentar. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Fernando Vasco referindo que o aumento da receita não implica que haja mais ou menos empresas, basta que uma empresa tenha aumentado o seu capital. -----

Considerando a alínea d) do nro. 1 do artigo 25º da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no nro.4 do artigo 18º da Lei nro. 73/2013, de 03 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade aplicar a taxa de 1,5% para as empresas com volume de negócios superior a 150.000 euros e, aplicar uma taxa de 0,01% para empresas que têm um volume de negócios inferior ou igual a 150 000 euros, por querer incentivar e apoiar a instalação de Pequenas e Médias empresas no Concelho, com dezoito (18) votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

11. **Alteração orçamental modificativa - Revisão ao Orçamento e Revisão às Grandes Opções do Plano (GOP);**

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara prestando informações sobre o assunto. -----

Considerando a alínea a) do nro. 1 do artigo 25º da Lei nro. 75/2013, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou, por maioria, aprovar a Alteração Orçamental Modificativa Revisão ao Orçamento e Revisão às Grandes Opções do Plano (GOP), com quinze (15) votos a favor e três (3) abstenções. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

12. **Tejo Ambiente - Informação económico-financeira, relativa ao 1.º semestre de 2024;**

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo ser um documento técnico, cujo resultado líquido é positivo. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia referindo que quem gere esta empresa tem de ter noção de que está a gerir capitais públicos e que a sua ação afeta os

municípios e utentes da empresa, devendo ter um sentido de serviço público e de limitação dos custos operacionais ao mínimo indispensável. -----

A Assembleia Municipal de Sardoal tomou conhecimento da Informação económico-financeira, relativa ao 1.º semestre de 2024. -----

13. Tejo Ambiente - Plano Atividades e Orçamento;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referenciando os investimentos e valores propostos para o concelho de Sardoal, para o ano de 2025 e 2026. -----

Considerando a alínea a), do nro.2, do artigo 25º, da Lei nro. 75/2013, de 12 de setembro, bem como, nos termos do artigo 42º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, a Assembleia Municipal tomou conhecimento do Plano de Atividades e Orçamento para 2025 da empresa Tejo Ambiente. -----

14. Tejo Ambiente – Tarifário para o ano de 2025;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo se propõe que o tarifário seja de 2.1% para o abastecimento de água e saneamento de águas residuais, sendo que no EVEF é de 2.7% e para os resíduos sólidos urbanos não aplicar os 7.7%, mas sim 2.9% ou seja, abaixo do que o estudo de viabilidade económica e financeira indicaria, propõe-se a não aplicação daquele tarifário de 2.7% e de 7.7% mas de um valor muito mais baixo que a formula do EVEF, que é a taxa da inflação, propõe-se a aprovação do documento e não o conhecimento pelo desvio que tem em relação ao EVEF. -----

Foi dada a palavra ao Senhor deputado Adérito Garcia, referindo que apesar da benesse proposta da Tejo Ambiente, no passado, os utentes já sofreram aumentos avultados e contrariando os pareceres da ERSAR e outras entidades, na sua opinião o aumento podia ficar abaixo destes valores. -----

Foi dada a palavra ao Senhor deputado Fernando Vasco, dizendo que, na sua opinião, os municípios da Tejo Ambiente ficariam gratos se esta Assembleia não aprovasse este aumento. -----

Referiu que os aumentos têm sido brutais tendo havido protestos e se há um desequilíbrio estrutural, os custos operacionais e as receitas talvez também se possam baixar os custos operacionais em vez de se aumentar as receitas, sendo uma questão de gestão e se a Assembleia votar contra, este aumento não é feito. -----

O Senhor Presidente referiu que se se aprovar o estudo de viabilidade económica e financeira e pode discutir-se a questão dos custos operacionais os quais existem, porque há investimento, que tem que ser e alguém tem de pagar esse investimento, além dos

fundos comunitários, e o que diz a lei da água e a lei das finanças locais, é que todos estes investimentos têm que ser imputados ao consumidor final. -----

Disse ainda que se o documento não for aprovado o que vai ser aplicado é o que está no EVEF, o qual foi aprovado em Assembleia Municipal, e os custos operacionais são aqueles que vão entrar na fórmula, a qual obriga a um aumento de 2.7% de abastecimento de água e águas residuais e de 7.7% de resíduos urbanos, o que irá acontecer se não se aprovar esta alteração ao EVEF. -----

Foi dada a palavra à Senhora deputada Joana Ramos referindo não aceitar esses moralismos e condicionarmos nem a mensagem de que o PSD votou de uma maneira que prejudique os utentes deste serviço. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Rui Valente dizendo que independentemente das justificações que o senhor Presidente deu para estes aumentos faz-lhe confusão pagar um tarifário mais barato em Cascais do que no Sardoal. -----

O Senhor Presidente exemplificou que quando é feito um ramal num concelho como o Sardoal, um ramal de 500m serve 10 pessoas e esse custo tem que ser imputado ao consumidor final, ou seja, a essas 10 pessoas, e um ramal em cascais de 100m, abrange muitas mais pessoas. -----

Disse ainda o Senhor Presidente que os investimentos que são necessários fazer, que contrariam as perdas de água, regulam as águas residuais, de saneamento, e sendo a água um bem finito, as pessoas têm de valorizar. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Miguel Alves referindo que se fala do EVEF como se fosse uma doutrina sagrada questionando se o mesmo está bem calculado desta vez, recordando que na primeira vez que foi apresentado, o IVA estava mal calculado, estando calculado para 6% quando era 23%, e na altura o Senhor Presidente da Câmara anunciou que a água não subia mais de 15% e depois tudo mudou, tudo nasceu torto, e a empresa nasceu torta. -----

Referiu também o Senhor deputado, que não se pode deixar de falar na frota, com mais de 60 viaturas, além da frota dos administradores, que são topo de gama. -----

O Senhor Presidente referiu que sobre a questão do IVA, o assunto ainda não está encerrado e sendo que, se os municípios, sozinhos, fizerem estes investimentos têm IVA a 6%, mas, quando se juntarem, para ganhar escala, passam a ter o IVA a 23%, não sendo um erro do EVEF, mas de quem fez esta interpretação. -----

Referiu existirem seis Municípios de cores políticas diferentes empenhadas em dar e garantir qualidade no serviço de abastecimento de água. -----

Tomou a palavra a Senhora deputada Alcina Manuela referindo que na altura todos ali presentes aprovaram este projeto e, na sua opinião, com esta proposta, pagar-se-á menos. Disse ainda que este assunto merecia uma outra reunião da Assembleia porque a maioria da população não está satisfeita com a empresa e deveria ser tratado como um assunto mais sério e não com uma proposta só desta Assembleia, mas está-se a derivar no assunto que é aprovar ou não a proposta apresentada. -----

O Senhor Presidente referiu que o que se está a propor é um aumento idêntico à taxa de inflação. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa referindo que independentemente da questão dos aumentos que terão que existir, e estando a falar-se sobretudo do que fazer a todos os resíduos, e esse é o cerne da questão, pois o tratamento dos mesmos é diferente e mais moderno e a Tejo Ambiente, do ponto de vista didático, através de algumas iniciativas novas, que teve a ver com o contentor dos resíduos orgânicos, e hoje em dia as pessoas estão mais consciencializadas para a questão dos resíduos. -----

As pessoas queixam-se que a água está cara mas isso é uma perceção errada porque o que se trata é os resíduos, de esgoto, e hoje em dia tudo isso é tratado de forma completamente diferente e na sua opinião tratar este tema como assunto tem sempre um bocado de demagogia e a prova é que nestes seis Municípios, apesar de serem de cores diferentes, todos utilizam isto como confronto político. -----

Disse ainda que se tudo vai subir na casa destes valores de 2.1% ou 2.7% ou 2.9%, questiona porque não há-de subir a água e o saneamento. -----

Foi dada a palavra ao Senhor deputado Adérito Garcia que referiu que no início, os 6 municípios estavam de acordo com este projeto e pelo caminho tem havido opiniões divergentes, e, no seu entendimento, este projeto precisa de ser reformulado e se calhar o EVEF precisa de ser revisto porque há condições de mercado que se alteraram. -----

Fez referência à questão dos resíduos orgânicos, que foi pouco abordado, que é uma obrigação legal, mas que Portugal não está a cumprir tendo alguns Municípios avançado com projetos piloto para esta questão, que está a empolar esta necessidade de aumentar os preços, porque não foram feitas suficientemente campanhas de educação das pessoas, e enquanto as pessoas não perceberem, porque nas zonas onde existem contentores orgânicos há material orgânico e material que não é orgânico que não devia estar ali e isto é um dos problemas. -----

Disse ainda o Senhor deputado que não é o Sardoal que irá definir se este tarifário é aprovado ou não, porque são 6 municípios, sendo normal que cada pessoa tenha a sua opinião, mas aquilo que se sente é que as pessoas reclamam, falam dos preços altos água. Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que os seis Presidentes de Câmara que compõem a Tejo Ambiente, estão todos em concordância independentemente das suas cores políticas. -----

Disse ainda que os próprios documentos obrigam que o ano de 2025 seja um ano de revisão do estudo de viabilidade económica e financeiro e ter-se-á oportunidade de analisar o EVEF, mas neste momento o EVEF assim obriga. -----

Foi dada a palavra ao Senhor deputado Adriano Martins demonstrando as diferenças entre o preço dos escalões em Cascais e Sardoal, referindo que no Sardoal, em que a população é menor, até se consome mais água. -----

Foi dada a palavra ao Senhor deputado César Marques dizendo que se perde mais tempo a discutir um cêntimo por metro cúbico do que milhares de euros nas grandes opções do plano e não foi para isto que foram eleitos. -----

Tomou a palavra a Senhora deputada Joana Ramos referindo ser importante a presença dos munícipes que estão descontentes na reunião para ouvirem as explicações que são dadas. -----

Considerando a alínea a), do nro.2, do artigo 25º, e a alínea e), do nro.1, do artigo 33º da Lei nro. 75/2013, de 12 de setembro, conjugadas com a cláusula 23, do Contrato de Gestão Delegada, da Tejo Ambiente, a Assembleia Municipal deliberou por maioria aprovar a atualização do tarifário em 2,1%, no abastecimento de água e no saneamento de águas residuais e, atualizar em 2,9%, o tarifário relativo aos resíduos sólidos urbanos, com nove (9) votos a favor, três (3) abstenções e seis (6) votos contra. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão, eram vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Assembleia Municipal _____

O Primeiro Secretário _____

O Segundo Secretário _____